



GT 10 – Informação e Memória

ISSN 2177-3688

O ATRAVESSAR DA MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR E A REPRESENTAÇÃO EM CATÁLOGOS DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

THE CROSSING OF THE MEMORY OF THE MILITARY DICTATORSHIP AND THE REPRESENTATION IN UNIVERSITY LIBRARY CATALOGS

Ana Cláudia Ribeiro - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Pablo Gomes. Ministério dos Direitos Humanos (MDH) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA)

Maria Guiomar da Cunha Frota - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A pesquisa tem como objetivo identificar como a memória da ditadura militar influencia a representação temática. Isso envolve identificar como os termos são indexados nos catálogos de quatro bibliotecas selecionadas: a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Universidade Federal do Pará. Também foram selecionadas quatro obras para pesquisa nos catálogos: "O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)" de Daniel Aarão Reis Filho, "O golpe de 64 e a ditadura militar" de Júlio José Chiavenato, "Pau de arara: a violência militar no Brasil", de Bernardo Kucinski e Ítalo Tronca, e "A ditadura escancarada", de Elio Gaspari. Ao identificar o termo indexado "Revolução de 1964" como termo relacionado a "Golpe Militar". Esse resultado destaca a complexidade da representação temática, que envolve nuances políticas e requer uma compreensão das disputas narrativas e das relações de poder subjacentes. Nesse contexto, os profissionais da informação desempenham um papel significativo ao buscar representações que se baseiam no conjunto apropriado de teorias e métodos científicos. A reflexão crítica e o envolvimento em estudos são fundamentados no compromisso com os princípios democráticos e os direitos humanos.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Organização do Conhecimento; Memória da Ditadura.

Abstract: The research aims to identify how the memory of the military dictatorship influences thematic representation. This involves identifying how terms are indexed in the catalogs of four selected libraries: the Federal University of Minas Gerais, the Federal University of Santa Catarina, the Federal University of Rio Grande do Norte, and the Federal University of Pará. Four works were also selected for research in the catalogs: "O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)" by Daniel Aarão Reis Filho, "O golpe de 64 e a ditadura militar" by Júlio José Chiavenato, "Pau de arara: a violência militar no Brasil" by Bernardo Kucinski and Ítalo Tronca, and "A ditadura escancarada" by Elio Gaspari. By identifying the indexed term "Revolução de 1964" as related to "Golpe Militar," this result highlights the complexity of thematic representation, which involves political nuances and requires an understanding of narrative disputes and underlying power relations. In this context, information professionals play a significant role in seeking representations based on the appropriate set of scientific theories and methods. Critical reflection and engagement in studies are grounded in a commitment to democratic principles and human rights.

Keywords: Military Dictatorship; Knowledge Organization; Memory of the Dictatorship.

1 INTRODUÇÃO

A ditadura militar foi marcada pela violência da tortura, assassinato e pelo desaparecimento de milhares de pessoas. Esses eventos traumáticos resultaram em experiências que conduziram a sociedade a uma espécie de "amnésia seletiva", na qual partes da história foram reprimidas ou esquecidas. Além das atrocidades, houve a supressão de direitos individuais e coletivos. Isso, somado à falta de transparência em relação aos atos políticos e à censura da liberdade de expressão, legou à nação uma herança de duradouros obstáculos para o desenvolvimento do regime democrático.

A disputa pela memória da ditadura militar tem sido revisitada de forma intensa nos últimos anos. Políticos eleitos democraticamente não hesitam em demonstrar apoio a medidas autoritárias e de exceção. Discursos negacionistas ecoam na sociedade, atacando os fundamentos da democracia. Não obstante, os apoiadores desses políticos clamam por intervenção militar, e o dia 8 de janeiro de 2023 ficou marcado como uma nova tentativa de golpe no país.

De acordo com Motta (2015, p. 11), a ditadura militar deixou um legado traumático devido à extensa violência e mortes que causou. Além do sofrimento infligido às famílias, a ditadura também gerou obstáculos à democracia, desafios que ainda precisam ser enfrentados no presente. Em relação à memória, Napolitano observa que as memórias traumáticas podem "expressar profundas divisões ideológicas no corpo social e político de uma nação". Aqueles que saem vitoriosos tendem a reescrever a história de acordo com sua perspectiva, com o objetivo de "controlar o passado e impor-se na memória dos contemporâneos" (NAPOLITANO, 2014, p. 282).

Parte da motivação dessa pesquisa envolve uma consulta ao Tesouro da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Ao identificar termos e conceitos, observa-se a indicação de uso preferencial do termo "Revolução de 1964" em detrimento de "Golpe militar de 1964", conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Tesouro da ENAP: Termo



Fonte: Tesouro da ENAP (2023)

O termo 'Revolução de 1964' foi adicionado ao tesouro em 18 de junho de 2019, conforme registrado no próprio software de gestão. A indicação dessa data é importante para contextualizar o momento em que essa inclusão aconteceu, e não é uma simples coincidência. Ela ocorreu durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que expressou apoio ao torturador Brilhante Ustra e promoveu discursos negacionistas sobre a ditadura militar no espaço público.

A inclusão do termo 'Revolução de 1964' em um Tesouro gerenciado por uma instituição pública deve ser considerada um alerta significativo para a Ciência da Informação. Isso leva à reflexão sobre as complexidades e desafios que envolvem a representação temática. É essencial que a comunidade acadêmica esteja atenta à possibilidade de narrativas com conotações ideológicas e à presença de termos que possam contribuir para minimizar ou negar as violências perpetradas durante esse período histórico.

Parte-se do pressuposto de que os catálogos podem refletir narrativas divergentes em relação à ditadura militar. Uma delas se baseia na negação e na revisão ideológica (revolução), retratando-a como um período em que os militares são apresentados como salvadores do país, contra o comunismo na repressão política. E outra baseada em pesquisa científica (golpe), ao empregarem o devido conjunto de teorias e métodos adequados que a reconhece como um governo responsável por uma política de violência institucionalizada e na supressão de direitos.

Seguindo essa linha de investigação aos termos golpe e revolução de 1964, o objetivo deste estudo é explorar os catálogos de bibliotecas universitárias que abrigam obras relacionadas à ditadura militar. Para o alcance desse objetivo a estratégia metodológica proposta consistiu em identificar os catálogos das bibliotecas universitárias selecionando a: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Santa Catarina

(UFSC), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal do Pará (UFPA) no sentido de identificar os termos de indexação definidos, bem como suas estruturas, aplicados a quatro livros selecionados, amplamente utilizados nos cursos de graduação nas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Foram selecionadas quatro obras: "O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)" de Daniel Aarão Reis Filho, "O golpe de 64 e a ditadura militar" de Júlio José Chiavenato, "Pau de arara: a violência militar no Brasil" de Bernardo Kucinski e Ítalo Tronca, e "A ditadura escancarada" de Elio Gaspari.

No que concerne à representação dos livros, é fundamental reconhecer que as influências políticas e sociais relacionadas à memória da ditadura atravessam os catálogos das bibliotecas.

2 MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR

A construção da memória coletiva da ditadura militar envolveu diversos atores e grupos sociais ao longo do tempo. Em grande parte das situações, um evento se torna lembrado quando é transformado em narrativa. Estas narrativas emergem a partir de grupos sociais específicos que realizam um processo de recordação organizada e compartilhada. Com o tempo, essas narrativas passam por uma série de representações, tornando-se um conjunto de lembranças que não apenas refletem entre aqueles que vivenciaram tais experiências, mas também são absorvidas pelas gerações subsequentes.

De acordo com a autora Gagnebin (2004), rememorar implica em prestar atenção às ressurgências do passado no presente, a fim de atuar sobre o presente. Em outras palavras, é importante não apenas lembrar-se do passado, mas também agir sobre o presente. Napolitano (2014) destaca que a memória é um processo social complexo, envolvendo diversas interações e transformações ao longo do tempo. No contexto brasileiro, ele apresenta elementos que oferecem uma perspectiva sobre a construção da memória social da ditadura militar, abrangendo desde a fase inicial de construção da memória até o aparente triunfo da memória hegemônica crítica.

As disputas de narrativas envolvem diversos atores e grupos que desempenham papéis influentes na validação dos discursos no contexto da construção do debate público. Entre esses atores, destacam-se:

– Instituições político-ideológicas e associações de classe: partidos, organizações não governamentais, institutos, sindicatos, entidades empresariais e associações de classe; – Instituições e atores voltados à produção e preservação de memórias: associações, museus, arquivos, públicos ou privados; – Mídia jornalística impressa, eletrônica e digital. [...] – Campo artístico: sobretudo aquelas vinculadas aos meios massivos (cinema, música popular, televisão) são particularmente importantes na construção da memória social. [...] – Universidades e outros epicentros da produção do conhecimento legitimado em uma sociedade [...] – Movimentos sociais e culturais, ligados ou não a instituições mais amplas (como a Igreja Católica ou a partidos políticos). (NAPOLITANO, 2015, p. 15-16).

Napolitano reitera que é fundamental considerar essas instituições mencionadas em seus respectivos domínios, uma vez que cada uma delas contribui para a formação de uma memória predominante ou para a emergência de contramemórias em relação ao regime militar.

Conforme Tosi e Silva (2014, p. 54), o Brasil enfrenta dificuldades no resgate da memória e da verdade dos acontecimentos e informações ocultadas durante o período ditatorial. A demora em acessar as informações oficiais tem impedido que familiares das vítimas da repressão política durante o regime militar autoritário de 1964 esclareçam os fatos relacionados aos crimes cometidos, além de limitar a capacidade da sociedade de formar seus próprios conceitos sobre aquele período. Somente a partir dos anos 2000, com o impulso da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e do Ministério da Justiça, especialmente por meio do excelente trabalho realizado pela Comissão de Anistia, o Governo Federal acelerou o processo.

Na virada do século, persiste a disputa pela memória, que mantém sua natureza hegemônica, apesar de alguns desafios emergentes. Durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), observaram-se momentos em que a memória dominante sobre a ditadura sofreu rupturas que já haviam aparecido anteriormente, embora com pouca visibilidade. Esse governo de orientação política de esquerda enfrentou suspeitas por parte da imprensa de inclinação liberal, reacendendo tensões entre liberais e esquerdistas. Esse cenário, indiretamente, estimulou uma reavaliação da memória relacionada ao período da ditadura militar.

De acordo com Napolitano (2014), com a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), alguns setores militares, principalmente entre os oficiais da reserva, manifestaram agitação, ecoando em algumas vozes civis de direita, embora estas fossem minoritárias no

debate. A partir da CNV e da criação de dezenas de comissões regionais, o Brasil testemunhou um aumento significativo nas discussões e recordações relacionadas à ditadura militar. Conforme analisado por Napolitano (2014), as lembranças sociais desse período oscilaram entre uma memória predominante, permeada por crescentes tensões e fissuras, e um projeto de história oficial que assumiu as responsabilidades do Estado.

A partir de 2010, o autor Napolitano (2014) afirma que surgiram manifestações de revisão histórica que, muitas vezes, apontam para uma memória positiva e nostálgica do regime militar. No entanto, é importante ressaltar que a idealização do passado e a busca por uma sociedade perdida, típicas de processos de fascistização, podem ser perigosas em momentos de crises institucionais. Nessas circunstâncias, o negacionismo histórico assume um papel central, alimentando utopias regressivas que podem levar à radicalização acumulativa. Como aponta Silva (2020), as ferramentas utilizadas em 1964, como os atos institucionais, são idealizadas como respostas fáceis para situações complexas em momentos de crise, como a exemplo de 2013. Portanto, é fundamental que se evite a construção de memórias imaginárias e sejam valorizados os fatos e a verdade histórica.

Nos últimos anos, o crescimento da extrema direita no cenário político e social brasileiro tem favorecido o surgimento de uma memória muitas vezes ideológica e negacionista, pois nega a existência do Golpe de Estado de 1964 e das práticas de tortura como política de Estado. Além disso, o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) iniciou um processo de negação, o que torna o processo de justiça de transição ainda mais complexo, pois interrompeu compromissos firmados em governos anteriores, rompendo com o avanço nas políticas de memória e reparação. Um exemplo foi o esvaziamento das atividades da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). É importante destacar que essa negação e ideologia podem ser danosas, especialmente em momentos de crise institucional, sendo fundamental preservar acervos que possuem informações sensíveis acerca dos crimes praticados durante a ditadura militar.

No cenário atual, as redes virtuais desempenham um papel significativo neste contexto. O autor, inclusive, argumenta que "elas têm desempenhado um papel particularmente relevante no revisionismo da extrema direita, que busca contestar a memória crítica, amplamente aceita e socialmente legitimada sobre o regime militar" (NAPOLITANO, 2015, p. 16).

Na dimensão da justiça, é necessário que os responsáveis pelos crimes cometidos no passado sejam punidos. Segundo Pereira (2015), a Lei da Anistia de 1979 é um dos principais obstáculos para a construção de uma "memória compartilhada" sobre esse passado-presente, uma vez que legitima a impunidade. Napolitano (2014, 2015) complementa ao afirmar que a Lei de Anistia é uma lei do esquecimento que resulta da falta de elaboração do trauma e da violência.

Ricoeur (2007, p. 462) elucida que a anistia é um processo que, de fato, envolve o esquecimento, mas que deixa marcas profundas no aspecto psíquico e social. Ao encerrar e suspender todas as ações judiciais, ela impede a responsabilização penal, resultando na supressão da memória e na afirmação de que nada aconteceu. A anistia pode ser compreendida como uma forma limitada de esquecimento jurídico, porém com consequências abrangentes, como bem observado por Ricoeur (2007). Além disso, como aponta Meyer (2012, p. 260), existe uma relação entre a impunidade dos perpetradores do passado e a impunidade que prevalece no Brasil atualmente, bem como a violência policial em curso.

A CNV conduziu minuciosas investigações que culminaram na obtenção de novas provas documentais. Essas evidências inequivocamente comprovam o envolvimento de 377 agentes da repressão, todos considerados violadores dos direitos humanos de acordo com as normativas internacionais. Essas conclusões estão detalhadas no volume 01 do relatório final, mais precisamente no capítulo 16, intitulado "A autoria das graves violações dos direitos humanos" (CNV, 2014, p. 841). Cabe mencionar que, embora o país avançou ao identificar e nomear esses violadores, ainda existem lacunas significativas a serem preenchidas e muitos responsáveis ainda permanecem desconhecidos. A publicação do relatório final em 2014 foi um momento fundamental na busca por justiça durante o processo de transição. No entanto, essa divulgação provocou reações intensas entre os militares que, em apoio ao golpe de 1964, negam veementemente as alegações de tortura, mortes e desaparecimentos.

De acordo com Teles (2020, p. 224), apesar dos avanços alcançados ao longo dos trabalhos da CNV, o Brasil não conseguiu aproveitar plenamente a oportunidade de proporcionar máxima visibilidade aos testemunhos e fatos relacionados à ditadura na esfera pública. Os mecanismos de negação e bloqueio que impedem a ampla divulgação dos fatos e

o processo de responsabilização dos agentes públicos desse período continuam a impedir uma investigação efetiva e um debate abrangente sobre o legado dessa época. Esses fatos, relevantes para toda a sociedade, deveriam ser inseridos na memória coletiva por meio de testemunhos e pesquisas factuais, contribuindo para a história do país.

3 DIÁLOGO COM A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

A memória da ditadura pode ser compreendida também pela forma como o discurso sobre esse período é construído no âmbito dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs). É importante reconhecer que os SOCs e processos como a indexação não são neutros, pois refletem os pontos de vista e ideologias de seus criadores. (PINHO, 2006; GUIMARÃES; PINHO, 2007; MILANI; GUIMARÃES, 2017).

Nesse sentido, os SOCs, como as listas de cabeçalho de assuntos utilizados pelas bibliotecas, refletem as posições dos seus elaboradores, sejam eles bibliotecários ou outros profissionais do campo informacional. Assim, ao tomar decisões sobre a inclusão ou exclusão de termos/conceitos, os SOCs possuem o poder de tornar visíveis ou invisíveis determinadas temáticas. As escolhas terminológicas no momento da indexação também refletem a memória hegemônica sobre a ditadura militar.

No contexto das temáticas relacionadas à ditadura brasileira, os catálogos através das listas de cabeçalho de assuntos das bibliotecas têm o poder de, por meio das escolhas terminológicas, destacar ou silenciar determinados assuntos.

De acordo com Mey (1995) os catálogos das bibliotecas universitárias são reconhecidos como o principal meio de comunicação entre o acervo e os usuários. Seu objetivo principal é identificar todas as obras existentes em um determinado local que possui um acervo, independentemente de seu formato, com o intuito de atender às necessidades de recuperação de informações dos usuários.

Dessa forma, entende-se que esse processo comunicativo, haja uma linguagem comum que seja desenvolvida a partir de preceitos éticos e com fundamento na historiografia. No caso de termos e conceitos sobre a ditadura, é necessário que a linguagem pautar-se sobre os esclarecimentos das graves violações de direitos humanos.

Em suma, a Organização da Informação e do Conhecimento desempenha um papel central na construção de catálogos de bibliotecas, garantindo a identificação precisa das obras disponíveis e facilitando o acesso à informação para os usuários. É uma atividade

fundamental para o funcionamento eficiente das bibliotecas e para o atendimento das demandas de informação da comunidade acadêmica e do público em geral. Também constitui-se como uma atividade de poder, pois permite, a partir das escolhas feitas, desenvolver ou não a produção de informação e conhecimento relativa a uma determinada temática (GOMES, 2023).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O universo da pesquisa abrangeu a análise dos catálogos de bibliotecas de quatro universidades: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal do Pará (UFPA). A seleção dessas universidades foi feita com base em sua representatividade em diferentes regiões do país. Quanto aos quatro livros escolhidos para a pesquisa, são obras amplamente reconhecidas, escritas por autores renomados que são referenciados em diversas bibliografias nos cursos de graduação e pós-graduação nas ciências humanas e sociais, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Catálogos das Bibliotecas: UFMG, UFSC, UFRN e UFPA

Referência	Biblioteca	Termo Indexado
REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá.; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves.; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; TOLEDO, Caio Navarro de.; BORGES, Maria Eliza. O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004) . Baurú, SP: EDUSC, 2004.	UFMG	Ditadura e ditadores -Brasil Brasil -Política e governo -História. Brasil -História - <u>Revolução, 1964</u>
	UFSC	Ditadura -Brasil Brasil -História - <u>Golpe civil-militar, 1964</u>
	UFRN	Ditadura. Brasil - Política e governo -1930-1945 1945-1964
	UFPA	*1
CHIAVENATO, Júlio José. O golpe de 64 e a ditadura militar . 4. ed. São Paulo: Moderna, [1994].	UFMG	Ditadura e ditadores -Brasil Brasil -História - <u>Revolução, 1964</u> <u>Golpes de estado</u> -Brasil Brasil -Política e governo -1964-1985
	UFSC	*
	UFRN	Brasil - Política e governo -1964-1985. História - <u>Revolução, 1964</u>
	UFPA	Brasil -História - 1964-1985 Brasil -História - <u>Revolução, 1964</u>
KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. Pau de arara: a violência militar	UFMG	Tortura -Brasil -Historia - Sec. XX. Brasil -História - <u>Revolução, 1964</u>

¹ Livros não encontrados nas bibliotecas.

**XXIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB
Aracaju-SE – 06 a 10 de novembro de 2023**

no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.		Violência nas prisões -Brasil Militares Ditadura e ditadores -Brasil -História
	UFSC	*
	UFRN	Violência - Brasil Aspectos sociais - Ditadura <u>Golpes de Estado</u> Tortura Brasil - História - 1964-1985
	UFPA	Brasil -História - <u>Revolução, 1964</u> Brasil -Política e governo -1945-1964 Brasil -História -1964-1985 Ditadura -Brasil
GASPARI, Elio. A ditadura escancarada . São Paulo: Companhia das Letras, 2002.	UFMG	Brasil -Relações exteriores -Estados Unidos. Brasil -História - <u>Revolução, 1964</u> Brasil -Política e governo -1964-1985 Brasil -História -1964-1985
	UFSC	*
	UFRN	Ditadura - Brasil. Brasil - História - 1968-1973. Ditadura e ditadores - Perseguição política - Tortura - Autoritarismo - Política e governo - 1969-1974.
	UFPA	Ditadura e ditadores -Brasil Perseguição política -Brasil Tortura -Brasil Brasil -Política e governo - 1969-1974

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os apontamentos sobre o termo sublinhado no quadro: 'Brasil - História - Revolução, 1964' no contexto desses catálogos demonstra como essas seleções de termos carregam a influência de uma memória hegemônica, dotado de um revisionismo ideológico para manutenção de um *status* histórico-político daqueles que se mantiveram e mantêm no poder e que ainda influenciam a política no país.

Ao identificar os termos "Golpe" e "Revolução" como termos relacionados, deve-se considerar um fato político na inclusão e manutenção desses termos nos catálogos das bibliotecas da UFMG, UFSC, UFRN e UFPA. É relevante lembrar a exposição feita por Saldanha *et al.* (2018) sobre a Organização do Conhecimento ser também uma atividade política. Cabe,

portanto, aos pesquisadores investigar os eventos e as implicações que esses termos carregam.

Diante das violências praticadas durante a ditadura militar, é essencial trazer as memórias das vítimas de forma a evitar que tais práticas de violência se perpetuem no presente. Nomear as memórias das injustiças passadas representa uma contribuição significativa para a construção de uma dimensão ética e crítica em relação ao passado, com o objetivo de promover discursos democráticos.

O momento histórico que contextualiza a ditadura militar no Brasil é marcado pelo próprio golpe deflagrado pelos militares, que teve início entre 31 de março e 1 de abril de 1964. Nesse momento, a Presidência da República do Brasil, ocupada por João Goulart, eleito em 1961, foi declarada vaga pelo então presidente do Senado Nacional, Auro de Moura Andrade, em 2 de abril de 1964 (CNV, 2014), mesmo que o ocupante do cargo, Goulart, ainda estivesse no exercício de seu mandato.

Com a Presidência da República vaga, tomou o lugar como chefe do executivo brasileiro o então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli (CNV, 2014). Mazzilli permaneceu como presidente do Brasil até o dia em que foi eleito – por votação em um Congresso Nacional já deteriorado pelas cassações de mandatos, resultado do Ato Institucional n. 1 (AI-1) – o militar Humberto de Alencar Castello Branco, que iniciou seu mandato no dia 15 de abril do mesmo ano.

O termo 'Golpe Militar (1964)' se constrói fundamentado na forma como os militares assumiram o Estado brasileiro, ou seja, de forma ilegítima declararam vaga à Presidência da República, mesmo que o presidente João Goulart ainda estivesse no exercício do cargo, com apoio de congressistas como Auro de Moura Andrade e Ranieri Mazzilli – o primeiro declarou oficialmente o cargo de presidente vago e o segundo assumiu a presidência até que a Junta Militar declarasse o novo presidente da república – (CNV, 2014).

Ao conceituar Golpe de Estado, Barbé (2000), se referiu ao golpe militar no contexto geral, não especificamente, ao golpe militar brasileiro ocorrido em 1964, mas nos dá uma aproximação com o caso brasileiro, que ocorreu a partir: i) do apoderamento do poder político pelas forças armadas; e ii) de uma ação repentina. Em 1964 os militares, em uma ação repentina, declaram vaga à presidência e o Ato Institucional 1 foi publicado, dando poderes de Estado a uma Junta Militar.

Segundo Agamben (2007) embora o estado de exceção apresenta um viés jurídico, as ações adotadas nesse contexto revelaram-se contrárias aos princípios democráticos, como a destituição dos poderes legislativo, executivo e judiciário. Essas medidas deram origem a uma prática prolongada que se relaciona intimamente com situações de guerra civil.

Contudo, durante o período da ditadura militar, o discurso oficial dos militares era caracterizado como uma revolução. Ao retomar o Ato Institucional 4, percebe-se que esse "ideal revolucionário" era enfatizado no discurso oficial, sendo imposto naquele momento por meio da força e dos atos institucionais.: “represente a institucionalização dos ideais e **princípios da Revolução**; [...] assegurar a continuidade da **obra revolucionária**; [...] a legislação ordinária da **Revolução**; [...] os poderes que lhe foram conferidos pela **Revolução**” (BRASIL, 1966, *online, grifo nosso*).

Nesta análise, destaca-se a abordagem antagônica entre os livros selecionados e os termos escolhidos para a representação temática. Conforme identificados, os termos 'Golpe militar (1964)' e 'Revolução de 1964' refletem posicionamentos políticos e sociais opostos. Ao indexar um livro que aborda a ditadura militar, um regime marcado por violência e condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e pela comunidade internacional devido às graves violações de Direitos Humanos e crimes contra a humanidade cometidos, a utilização do termo 'Brasil - História - Revolução, 1964' pode lançar uma sombra sobre o material bibliográfico no catálogo das bibliotecas. Isso porque, ao realizar uma busca por assunto com o termo 'Golpe Militar (1964)', os materiais não serão recuperados.

O poder de permitir que um material seja recuperado ou não, bem como o desenvolvimento de uma temática, remete novamente à questão da não neutralidade dos processos e sistemas de Organização da Informação e do Conhecimento, conforme mencionado pelos autores (PINHO, 2006; GUIMARÃES; PINHO, 2007; MILANI; GUIMARÃES, 2017).

Algumas dessas disputas podem ser observadas a partir do contexto de criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e da Comissão de Anistia, da atualização do Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH3), e da criação da Comissão Nacional da Verdade.

De acordo com Napolitano (2015, p. 30), a terceira versão do PNDH3, de 2009, causou profundo desagrado entre os militares. Isso se deve ao fato de que, além de

categorizar a política de segurança nacional do regime como "repressão ditatorial", o documento propunha a substituição dos nomes de ruas e espaços públicos que faziam referência a pessoas ligadas à ditadura.

Com a instauração da Comissão de Anistia e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), o Estado reconheceu oficialmente o golpe militar ocorrido, e durante o governo de Dilma Vana Rousseff foi estabelecida a CNV, que atuou entre 2012 e 2014. Essa comissão desempenhou um papel fundamental na investigação e esclarecimento de diversos casos de graves violações de direitos humanos no Brasil.

Teles (2020) explica que a experiência brasileira de (re)democratização contrasta com a de vários países latino-americanos. A ascensão dos militares ao centro da arena política e os retrocessos políticos e sociais evidentes recentes indicam que a estratégia de não priorizar a defesa dos direitos humanos, em prol da manutenção de "acordos" do passado, foi um fracasso. Os acontecimentos recentes da história brasileira revelam, acima de tudo, que a construção democrática deve necessariamente enfrentar o legado da ditadura militar.

A autora Cunha atesta que "é inegável que o funcionamento, relatório e recomendações da CNV intimidaram e provocaram reações antagônicas e hostis das Forças Armadas e de todos aqueles que consideraram não ter havido em 1964 um golpe de Estado" (CUNHA, 2020, p. 185).

A partir da publicação do relatório final da CNV em 2014, têm ocorrido intensas disputas narrativas. A ascensão dos militares na política com um discurso negacionista, principalmente durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), demonstra como grupos que se beneficiaram da ditadura se esforçam para que as violências praticadas sejam esquecidas. Nesse sentido, o passado não apenas existe como uma memória, inclusive nos catálogos de bibliotecas, do que ocorreu anteriormente, mas também se torna uma ferramenta para lidar com questões atuais e conflitos que estão intrinsecamente ligados às discussões e temas abordados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa exploratória evidencia a complexidade do tema da ditadura militar, representando um desafio significativo para as bibliotecas. A inclusão de um termo negacionista não relacionado às obras selecionadas ressalta a maneira pela qual a memória da ditadura atravessa a representação temática nos catálogos.

A presença do termo 'Revolução de 1964' remete à ocultação das violências perpetradas pelo regime militar, incluindo torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados. Sendo assim, é importante reconhecer que a representação sobre a ditadura militar nas bibliotecas é complexa e muitas vezes reflete diversas nuances políticas, o que torna essencial a compreensão das disputas narrativas e das relações de poder envolvidas. Os profissionais da informação têm uma contribuição significativa a oferecer na busca por representações que empregam o devido conjunto de teorias e métodos científicos.

Por fim, é importante destacar o desafio de ampliar as discussões voltadas para a memória e também a organização da informação e do conhecimento sobre a ditadura militar. Trata-se de um tema que requer uma abordagem interdisciplinar, portanto, há a necessidade de diálogo entre vários campos e disciplinas.

A perspectiva será ampliada em estudos futuros, buscando amostras adicionais para aprofundar o tema e permitir novas pesquisas, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Existem exemplos de políticas de memória em países vizinhos, o que possibilita uma reflexão comparativa sobre a construção da memória e como ela pode impactar nos processos de organização da informação e do conhecimento.

Portanto, é necessário um esforço contínuo para enfrentar esses desafios, as bibliotecas desempenham um espaço essencial na preservação da memória, na promoção da conscientização e no acesso à informação sobre a ditadura militar. Por meio de uma representação temática pautada na ética e ciência, será possível contribuir para a compreensão desse período histórico, a reflexão crítica e o engajamento da sociedade em torno dos princípios democráticos e dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**: homo sacer, II, I. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

BARBÉ, Carlos. Golpe de Estado. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2000. (Volume 1).

BRASIL. **Ato Institucional nº 4, de 7 dezembro de 1966**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-04-66.htm. Acesso em: 23 mar. 2023

BRASIL. Senado Federal. **Auro de Moura Andrade, à serviço do Golpe, declarou vaga a Presidência**. Brasília: Agência Senado, 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório final: volume I**. Brasília: CNV, 2014.

CUNHA, Rosa Maria Cardoso. Comissão Nacional da Verdade: impulso à democratização ou fator de retrocesso? *In*: TELES, Edson; QUINALHA, Renan (orgs.). **Espectros da ditadura**: da comissão da verdade ao bolsonarismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 160-184.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. *In*: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (org.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 85-94.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Inf. Inf.**, v. 12, n. 1, p. 2007.

MEY, Eliane. **Introdução à catalogação**. Brasília. Briquet de Lemos, 1995

MEYER, Emílio Peluso Neder. **Responsabilização por graves violações de direitos humanos na ditadura de 1964-1985**: a necessária superação da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 153/DF pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos. 2012. 303f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Problemas relacionados a biases em Sistemas de Organização do Conhecimento: perspectivas para a representação de assunto. *In*: PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (orgs.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife: Ed. UFPE, 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.) **Ditaduras militares**: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015. Apresentação p. 9-12.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro, **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, nov. 2015.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PINHO, Fabio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento**: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol. 2006. 132f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SALDANHA, Gustavo Silva *et al.* Quem matou Marielle? Organização do Conhecimento e os caminhos do tesouro do mal. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 19., 2018, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2018. p. 1018-1039.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Militares, “abertura” política e bolsonarismo: o passado como projeto. *In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). Os militares e a crise brasileira.* São Paulo: Alameda, 2020. p. 23-39.

TOSI, Giuseppe; SILVA, Jair Pessoa de Albuquerque. A justiça de transição no Brasil e o processo de democratização. *In: TOSI, Giuseppe et al. Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à verdade.* João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 41- 61.